

# Bossuet: pacifismo e poder real

Maria Izabel B. Morais Oliveira<sup>1</sup>

## Resumo

O objetivo deste artigo é demonstrar que o empenho de Bossuet em defender o pacifismo na França, no livro nono da *Politique*, bem como em inúmeros de seus textos de circunstâncias, estava relacionado ao seu desejo de fortalecer o poder de Luís XIV, num período em que o absolutismo francês estava seriamente ameaçado em decorrência da política imperialista do monarca. Para melhor compreendermos a defesa do pacifismo por Bossuet, estabeleceremos uma comparação com o que Luís XIV pensou a respeito, em suas *Memórias*.

**Palavras-chave:** Bossuet. Pacifismo. Poder. Príncipe.

Na segunda metade do século XVII, a França foi palco de inúmeras guerras de conquistas de Luís XIV. O desejo de imperialismo desse rei, bem como a situação de miséria em que a maioria do povo francês se encontrava em decorrência da crise econômica resultante de tais guerras levaram ao surgimento de inúmeras críticas tanto internas quanto externas à política do Grande Rei. Percebendo o quanto toda essa situação era ameaçadora ao absolutismo de Luís XIV, Bossuet empenha-se em defender o pacifismo como sendo a melhor maneira do rei fortalecer o seu poder, tanto na França como fora dela. Bossuet busca na *Bíblia*, sobretudo no Antigo Testamento, a imagem de um príncipe ideal a ser cultivada por Luís XIV. De uma forma indireta, Bossuet convida o Grande Rei a não ser belicoso como Davi, ao mesmo tempo em que o convida a imitar Salomão, o príncipe pacífico prefigurado no Antigo Testamento.

Apesar de reconhecer que em alguns casos o príncipe tem o dever de emprender a guerra, não podemos pensar que Bossuet (1627-1704) a defendeu em si mesma. Pelo contrário, ele era um pacifista. Conforme observa Jacques Truchet

---

<sup>1</sup> Mestre em História Social na UFF e doutoranda em História Cultural na UnB. [izabarboza@ig.com.br](mailto:izabarboza@ig.com.br)

(1966, p. 260), “não se pode pensar que Bossuet aprovava as guerras de Luís XIV, nem que fosse sua intenção fazer aprovar muitas guerras”.

No artigo IV do livro nono da *Politique*, redigido em 1701, após ter exposto os casos em que o príncipe deve fazer a guerra, Bossuet (1967, p. 352) adverte que “Deus, entretanto [...] não ama a guerra e prefere os pacíficos aos guerreiros”. Com base no II Livro dos Reis, Bossuet (1967, p. 353-354) recorre ao exemplo de Davi para mostrar que os príncipes que derramam muito sangue humano e empreendem muitas guerras, ainda que justas, são indignos de edificar uma casa em nome do Senhor, que é o protetor da vida:

Deus não quer de forma alguma receber templo de uma mão sangrenta. Davi era um santo rei, e o modelo dos príncipes: tão agradável a Deus que ele dignou nomeá-lo homem conforme seu coração. Ele nunca havia derramado sangue infiel nas guerras que se chamavam guerras do Senhor: e se ele tinha derramado sangue dos israelitas, era o dos rebeldes, que ele tinha poupado tanto que pôde. Mas bastou que esse fosse sangue humano, para lhe fazer julgar indigno de apresentar um templo ao Senhor, autor e protetor da vida humana. [...] Davi havia concebido o desejo de construir o templo por um excelente motivo: e ele fala nesses termos ao profeta Nathan: “Eu habito em uma casa de cedro: e o arco da aliança do Senhor está ainda sob tendas e sob peles”. O santo profeta tinha mesmo aprovado esse grande e piedoso desígnio em lhe dizer: “Faças o que vós tendes no coração: pois o Senhor está convosco”. Mas a palavra de Deus foi dirigida a Nathan, na noite seguinte, nesses termos: “Eis aqui o que diz o Senhor: vós não edificareis templo em meu nome. Quando vós tiverdes acabado o curso de vossa vida, um dos filhos que eu farei nascer de vosso sangue construirá o templo, e eu consolidarei seu trono como nunca.

Apoiado no Salmo XXII da Bíblia, Bossuet (1967, p. 352-354) lembra que Deus ama os príncipes pacíficos e que somente aqueles que têm as mãos puras de sangue são dignos de edificar um templo, a fim de consolidar o seu trono. Neste caso, Salomão é o exemplo de príncipe pacífico utilizado por Bossuet:

Davi chama seu filho Salomão e lhe fala deste modo: Meu filho, eu queria construir uma casa ao nome do Senhor meu Deus, mas a palavra do Senhor me foi dirigida nestes termos: Vós tendes derramado muito sangue, e vós tendes empreendido muitas guerras: vós não podereis edificar uma casa em meu nome. Eu não deixei de preparar para a despesa

da casa do Senhor cem mil talentos de ouro e dez milhões de talentos de prata, com bronze e ferro sem número, madeiras e pedras para toda a obra, com trabalhadores excelentes para pôr tudo isso em obra. Tome então coragem, execute o empreendimento, e o Senhor estará convosco. [...] Tal foi a exclusão que Deus lhe dá na primeira parte do discurso profético. Mas a segunda não é menos notável: é a escolha de Salomão para construir o templo. O título que Deus lhe dá é o de pacífico. Mãos tão puras de sangue são as únicas dignas de erguer o santuário. Deus não habita lá, ele dá a glória de consolidar o trono a este pacífico, que ele prefere aos guerreiros para esta honraria. Bem mais, ele faz desse pacífico uma das mais excelentes figuras de seu Filho encarnado. [...] Deus recusa a Davi seus agrados pelo asco do sangue do qual ele vê suas mãos encharcadas. Tanta santidade nesse príncipe não podia apagar a mancha. Deus ama os pacíficos: e prefere a glória da paz à das armas, ainda que santas e religiosas.

Apesar de a guerra ser quase ininterrupta na Europa moderna, o pacifismo foi aí muito defendido. A prevalência da paz sobre a hostilidade armada já era sustentada desde o medievo europeu. Na importantíssima cerimônia da sagração, os reis franceses prestavam o juramento perante a Igreja e seu povo de conservar a paz na França. Conforme constata Houx (1997, p. 277),

No estrondo contínuo das armas, que ensurdeceu a história européia, a imagem do rei pacífico tem certa dificuldade para se impor. Contudo, ela existe. Quando Guilherme, o Conquistador, “todo coberto de sangue e invasor do outro”, se apresenta diante do arcebispo de Cantorbéry, este recusa lhe impor as mãos. [...] No dia de sua sagração, o rei da França presta juramento e repete muitas vezes: “Eu me comprometo ao povo cristão que me é submisso conservar uma verdadeira paz”. [...] o rei da França não é um conquistador, mas um rei de justiça e de paz.

Como é possível perceber, essa ideia ainda encontrava-se presente no imaginário dos franceses do século XVII, aparecendo claramente no pensamento de Bossuet. De longa data, Bossuet vinha expressando em seus textos de circunstâncias o desejo de pacificar a França. Esse sentimento era tão intenso em nosso autor que em seu *Sermon sur les démons*, pronunciado em 1660 – um ano antes de Luís XIV assumir o seu reinado pessoal, em que Mazarino atuava como primeiro-ministro – ele elogiou a Paz dos Pireneus, que foi promulgada um dia antes. Esse

evento foi celebrado por Bossuet na elegante igreja das *Minimes* da Praça Real, em seu Sermão Inaugural da Quaresma. O elogio de Bossuet é dirigido à Rainha-Mãe, Ana d'Áustria, a Luís XIV e a Mazarino, quem negociou esse tratado. No que se refere especificamente a Luís XIV e a Mazarino, diz Bossuet (apud TRUCHET, 1966, p. 287-288),

[...] não há questão de admirar de ver nosso jovem monarca, sempre augusto, sem deter-se ao meio de suas vitórias, dar limites à sua coragem, para deixar aumentar sem medida o amor que ele tem por seus súditos, amar melhor, estender seus benefícios mais que suas conquistas, encontrar mais a glória nas doçuras da paz que no soberbo instrumento dos triunfos, e se comprazer da vantagem de ser pai dos povos que ser vitorioso de seus inimigos? É Deus quem inspirou este sentimento. [...] Quem não glorificaria este grande rei? Quem não bendirá [...] a mão sábia e industriosa? Etc. [...] Se há ainda algum maldito resto da malignidade passada, que ela tombe hoje diante desses altares, e que se celebra abertamente este sábio ministro que mostra bem, em dar a paz que ele faz seu interesse do bem do Estado e sua glória do repouso dos povos. [...] Sou francês e cristão: sinto [...] a felicidade pública, e deposito meu coração perante meu Deus sobre o assunto desta paz bem-aventurada, que não é menor o repouso da Igreja que o do Estado.

Ainda nesse sermão, Bossuet (apud TRUCHET, 1966, p. 288-289) exalta o rei Salomão como “o pacífico”, estabelecendo uma comparação direta entre ele e Luís XIV:

*Vivat rex Salomon*: viva o rei, viva o rei, viva Salomão o pacífico! Que viva, Senhor, esse grande monarca; e que ele usufrua por muito tempo, feliz, da paz que ele nos deu, para recompensá-lo desta bondade que lhe fez amar a glória da paz antes que à das conquistas; que ele não veja jamais seu Estado perturbado, nem sua casa dividida; que o respeito e o amor concorram juntos, a fidelidade de seus povos seja inviolável, inabalável; e enfim, para conservar por muito tempo a paz sobre a terra [...]

Salomão era o modelo de rei pacífico apresentado por Bossuet para ser seguido pelos príncipes do século XVII, por Luís XIV especialmente. Como vimos anteriormente, no artigo IV do livro nono da *Politique*, Salomão continuou a ser utilizado por Bossuet como o modelo exemplar de príncipe pacífico. Fato impor-

tante. Esse sermão foi concebido sete anos após a Fronça, sendo que a crise econômica, social e política, decorrente das guerras que a França enfrentava na época, encontrava-se entre os motivos que impulsionaram as massas a aderirem a essa revolta civil liderada pelo Parlamento e pela burguesia. Em 1660 Bossuet já percebia o quanto a paz no reino era imprescindível à ordem e à paz pública. Sem dúvida, essa é uma de suas maiores preocupações no momento em que redige o livro nono da *Politique*, quatro décadas depois.

A terrível situação de miséria durante a Guerra da Liga de Augsburgo despertou críticas internas à política expansionista de Luís XIV. Em sua célebre *Lettre à Louis XIV*, de 1695, Fénelon critica Luís XIV por não colocar a paz como o seu primeiro objetivo e adverte que a extrema situação de miséria em que o povo se encontra pode levá-lo a revoltar-se contra ele. De acordo com Fénelon (apud ANDRÉ, 1950, p. 252), desde a Guerra da Holanda,

Vós tendes sempre querido dar a paz de mestre e impor as condições, em lugar de regê-la com justiça e moderação. [...] Enquanto isso vossos povos morrem de fome [...] A França inteira não é mais que um grande hospital desolado e sem provisões [...] A revolta se acende pouco a pouco de todas as partes [...] Vós reconduzis tudo a vós como se fosseis o Deus da Terra e que todo o resto só tivesse que ser sacrificado por vós.

Nesse sentido, no artigo IV do livro nono da *Politique*, Bossuet defende o pacifismo como uma virtude fundamental a ser cultivada pelo príncipe cristão. Na *Oraison Funèbre de Louis de Bourbon*, Bossuet observa que os reis devem usar de sua força e glória nos momentos certos, para defender o seu reino quando este se encontrar ameaçado por forças estranhas, visando trazer a paz e a tranqüilidade. A não ser nesses momentos, os reis devem ser pacíficos. Segundo Bossuet (1874, p. 250),

Reconhecei o herói, que, sempre o mesmo, sem exaltar-se para parecer grande, sem humilhar-se para ser servil e obsequioso, é naturalmente tudo o que deve ser para com os homens. É semelhante a um rio majestoso e fecundo, que pacificamente traz para as cidades a abundância que derramará nos campos, regando-os, que se dá a todos, não se eleva e não se enche, senão quando se opõe resistência violenta ao doce declive, que favorece tranqüilamente o seu curso. Tal a doçura e tal a força do príncipe de Condé.

No decorrer de toda a sua trajetória, mediante vários textos que escreveu, Bossuet denunciou as consequências malévolas das guerras. Em seus trabalhos mais práticos, como orações fúnebres, sermões e panegíricos, em que se dirigia mais diretamente aos seus alvos, visto que eram pronunciados nas praças públicas, nas igrejas e na corte, Bossuet se mostrava melhor. Segundo Truchet (1966, p. 283), ao contrário dos textos teóricos, como a *Politique*, nos

resumos dos sermões e das notas tomadas de empréstimo de diversas épocas da carreira de Bossuet [...] o tom é muito mais pessoal e humano: sem requintar, sem refletir, o predicador denuncia os males, muito evidentes, provocados pelas guerras.

Em seu *Panegyrique de Saint Bernard*, pronunciado em 1653, Bossuet critica os príncipes que fazem a guerra, derramando o sangue de muitos cristãos, e suplica para que Deus promova a paz na França. (Cf. BOSSUET, apud TRUCHET, 1966, p. 285). Logo após Luís XIV ter declarado guerra à Inglaterra, em 1666, Bossuet prega o *Sermon pour la Purification de la Saint Vierge* em sua presença, e diz que quando duas grande nações fazem a guerra – refere-se à França e à Inglaterra – as duas são punidas por Deus; e que essa punição pode iniciar-se tanto por sua casa como pela nação estrangeira (Cf. BOSSUET apud TRUCHET, 1966, p. 285-286). Segundo Truchet (1966, p. 285), “Bossuet introduz estas palavras audaciosas nas *péroration* do sermão inaugural da quaresma que ele ia pregar em *Saint-Germain* diante da Corte”.

No final do século XVII, após ter assistido aos nove anos da Guerra da Liga de Augsburg, Bossuet não foi o único francês a sentir que a França precisava de um longo tempo de paz para se refazer tanto interna como externamente. Além de Fénelon, Jean Le Pelletier, (apud ANDRÉ, 1950, p. 252), uma testemunha desinteressada, que assistira a essa guerra, observa, “Ninguém estava mais convencido do que eu de que era preciso a paz, que [...] não se podia mais fazer a guerra, que só se sustentava por milagres. O interior e o exterior do Estado tinham uma necessidade indispensável de repouso”. A situação do país, após a Guerra da Liga de Augsburg é assim resumida por Voltaire (apud ANDRÉ, 1950, p. 252), “a França era um corpo poderoso e robusto, fadigada de uma longa resistência e esgotada por suas vitórias”.

Em seu tempo, Bossuet não foi o único a defender a paz, posicionando-se contra a guerra. Essa posição foi tomada por muitos pensadores, inclusive pelos seus adversários. Numa carta de 1693, endereçada a Cristóvão Brusseau, diplomata francês que residiu em Hanover de 1673 a 1698, Leibniz assume a posição do primeiro eleitor de Hanover, Ernesto Augusto, para quem trabalhava, dizendo que o seu senhor está disposto a aceitar o pedido de paz de Luís XIV desde que a liberdade germânica seja assegurada. Nós já conhecemos o estilo discreto, diplomático, desse conselheiro de príncipe. Entremedio aos elogios que dirige a Luís XIV, Leibniz mostra que os inimigos do rei dizem que ele pede a paz sem realmente desejá-la. O filósofo alemão censura os males causados por suas tropas, referentes às devastações e pilhagens que estas vinham fazendo durante a Guerra da Liga de Augsburg, mas mostrando-se disposto a acreditar que tais atos não tinham sido ordenados pelo monarca. Leibniz (1984, p. 287-289) critica a falsa modéstia de Luís XIV, ao fingir não ter conhecimento de sua grandeza, afirmando que mantém a guerra para conservar a segurança da França frente à terrível ameaça de seus inimigos. Por fim, conclui Leibniz (1984, p. 290), apelando que Luís XIV dê a paz à Europa mediante um acordo que seja seguro para os dois lados:

Posto que o rei tem tido agora a prova de sua grandeza, que o põe acima desses temores, só resta esperar que ele outorgue a paz à Europa, porém uma paz em que ambas as partes possam ter garantias, mediante concessões que ponham a gente em situação de não temer ser ultrajado e arruinado em qualquer momento.

Pierre Bayle (1647-1706), um dos maiores críticos da monarquia absolutista, também defendeu a paz. De um grande espírito crítico, ele praticamente liderou o movimento de livre pensamento, na segunda metade do século XVII, na França. Movimento este que causou preocupações em alguns de seus contemporâneos, entre eles Bossuet. Bayle detestava a guerra e criticava os príncipes que a empreendiam sob qualquer pretexto. Segundo Bayle (apud SÉE, 1923, p. 352), “as leis, os estatutos, os privilégios são prorrogados durante o estrondo das armas; os príncipes encontraram cem meios de alcançar o poder arbitrário e daí decorre que alguns não saberiam suportar a paz”.

A verdade é que, nesse período, os teóricos, já cansados de tantas guerras, lutavam em prol do restabelecimento da paz. Conforme observa Jacques Truchet (1966, p. 48), na segunda metade do século XVII, houve na França um “poderoso

movimento de pacifismo espontâneo, que se desprende diretamente dos males e horrores da guerra”.

Não era sem razão que Bossuet empenhava-se imensamente em defesa da paz na França, visto que, como lembra Truchet (1966, p. 287), “a França estava em guerra desde um quarto de século; um homem da idade de Bossuet não tinha por assim dizer jamais conhecido a paz”. A esse respeito observa Perry Anderson (1989, p. 32-33) que, “a paz era uma exceção meteorológica” nos três séculos em que predominou o absolutismo no Ocidente. “Tem-se calculado que, em todo o século XVI, houve apenas 25 anos sem operações militares de larga escala, na Europa; no século XVII, passaram-se apenas sete anos sem guerras importantes entre Estados”.

No final do século XVII, em certos momentos, até mesmo Luís XIV (1638-1715) esforçou-se para conseguir a paz. Desde o início de seu reinado pessoal, em 1661, o Grande Rei utilizou-se de todos os meios de comunicação para exaltar a sua glória. É importante lembrar que a sua imagem de príncipe promovedor da paz também devia ser e era propagada. Afinal, ele tinha de cumprir o juramento pronunciado em sua sagração, em 1654, na igreja de Reims, de que seria um rei pacífico e não um conquistador.

Na época moderna, as viagens reais, as recepções, as visitas solenes dos reis às cidades assumiam uma forma triunfal, ritualizada, de uma entrada real, gênero de ritual de fins do medievo. Luís XIV fez várias entradas reais. Entre elas destacou-se a entrada real que fez em Paris, ainda criança, para celebrar sua ascensão ao trono em 1643, como também a que assinalou a sua volta a Paris para comemorar sua vitória sobre a Fronda, em 1653. No entanto, a entrada real que Luís XIV e Maria Tereza fizeram em Paris, após as núpcias reais, em 26 de agosto de 1660, foi a mais célebre de todas. Nela, comemorou-se a Paz dos Pireneus, concluída entre a França e a Espanha no ano anterior, que foi selada por esse ilustre casamento. As decorações dessa entrada real variavam “em torno do tema do triunfo e da paz”. De acordo com Peter Burke (1994, p. 55-56),

Um dos portões ostentava a inscrição *LUDOVICO PACIFICO*, “A Luís, o Pacífico”. Outro assumia a forma do Parnaso, com Apolo e nove Musas, representando as artes e as ciências libertadas do cativeiro pela paz. No *Marché Neuf*, um arco do triunfo exibia a inscrição *LUDOVICO*

*PACATORI TERRARUM*, “a Luís, o pacificador do mundo”, e mostrava Hércules [isto é, o rei, segundo o comentário impresso] recebendo um ramo de Oliveira.

O fim da Guerra da Devolução, 1668, foi celebrado em um festival em Versalhes com uma encenação sobre “a paz recém-concluída”. Tais celebrações recebiam formas mais permanentes como pinturas que foram produzidas sobre o tema “Luís pacifica a Europa”. Por outro lado, histórias e tapeçarias celebravam as façanhas do rei nessa guerra. As medalhas produzidas posteriores a essa guerra comemoravam suas conquistas (Cf. BURKE, 1994, p. 84).

Ao término da Guerra da Holanda, 1678, o *Te Deum* foi entoado por cinco vezes para celebrar as conquistas e a paz. Esta foi celebrada com o tratado de Nimega. Segundo Peter Burke (1994, p. 97), “O tratado de Nimega foi solenemente proclamado em 29 de outubro de 1678 em 11 pontos de Paris, ao som de tambores e trombetas; em seguida houve salvas de canhão e queimas de fogos de artifício e o *Te Deum* foi entoado na cidade e nas províncias”. Em 1679, a paz de Nimega também foi celebrada por meio de versos, balés, cerimônias, etc. (Cf. BURKE, 1994, p. 94).

Apesar de toda essa propaganda que mostrava Luís XIV como o pacificador da Europa, desde o início de seu reinado pessoal, nas guerras que empreendia, Luís XIV só pensava em aumentar a sua glória, relegando a paz para último plano. Mas a partir de 1693, perante a crise pela qual a França estava passando durante a Guerra da Liga de Augsburg, devido aos efeitos da economia de guerra somados à Grande Fome causada por uma série de más colheitas que vinham se arrastando desde 1691, ele começa a buscar estabelecer tratados de paz com os inimigos.

Luís XIV não foi indiferente à miséria profunda em que se encontrava a maioria de seus súditos durante a Guerra da Liga de Augsburg. Em uma carta de sua segunda esposa, Madame de Maintenon (apud ANDRÉ, 1950, p. 245), escrita em 1692, ela dizia, referindo-se a Luís XIV, “ele conhece a miséria de seus povos; nada lhe é escondido sobre isso, busca-se todos os meios de a suavizar”. Em 1693, escrevia Madame de Maintenon, “Eu daria tudo para a paz. O rei a fará, assim que o puder, e a quer tão verdadeiramente quanto nós”. Como Luís XIV sempre era informado da situação do seu reino, ele não queria levar essa guerra ao extremo. Desde 1693, multiplicava as negociações como também as concessões, e empenhava-se

para desfazer a coalizão (Cf. ANDRÉ, 1950, p. 252). No entanto, essa desgastante guerra durou até 1697.

Será que a essa altura o desejo de paz teria suplantado o desejo de glória no espírito do Grande Rei? Tudo indica que não. Nas cartas que escreveu ao neto, Filipe V, rei da Espanha, nos primeiros anos da Guerra da Sucessão, aparece o desejo de estabelecer a paz com a Grande Aliança, devido à preocupação com a miséria dos súditos, mas o desejo de glória não perde o seu posto. Numa carta a Filipe V, redigida em 1º de fevereiro de 1703, Luís XIV (1976, p. 106) reprime o neto por ter excluído o cardeal d'Estrées de seu Conselho, um homem de sua confiança, que escolhera para auxiliá-lo nos assuntos de guerra. Em seguida, Luís XIV (1976, p. 107-108) ameaça que, se o neto não voltar atrás, aceitando a presença do cardeal d'Estrées no Conselho, ele retirará a sua ajuda e dará a paz tão desejada por seus súditos:

[...] esgote o meu reino: toda a Europa se liga contra mim para vos fazer sucumbir; e a Espanha, insensível às desgraças de que está ameaçada, em nada contribui para a sua defesa. As moléstias, os gastos, tudo recai sobre mim, sem que eu tenha outra pretensão que não seja ajudar-vos contra os esforços dos vossos inimigos. [...] Amo-vos demasiado ternamente para me resolver a abandonar-vos. Reduzi-me, no entanto, a esse desagradável extremo, se deixo de estar informado do que sucede nos vossos conselhos. Não poderei tomar parte neles se negais entrada ao cardeal d'Estrées, e não apenas a ele, mas também ao duque d'Harcourt e a Marcin, e verme-ei obrigado a chamá-lo, pois uma embaixada ordinária não convém a um homem do seu caráter e da sua dignidade; mas retirando-o, terei apenas em conta o bem que o meu reino parece exigir de mim. Não é justo que os meus súditos fiquem absolutamente arruinados para manter a Espanha contra a vontade dela; e eu o tentaria em vão, quando vejo da vossa parte apenas contradições, insensibilidade, e vossa falta de confiança em mim e naqueles que vos envio; por fim, as resoluções já não seriam convenientes. Escolhei, pois, o que preferis: ou a continuidade da minha assistência, ou o deixai-vos levar pelos conselhos interessados dos que vos querem perder. Se for o primeiro, ordenai ao cardeal Porto-Carrero que entre no Despacho, ainda que seja apenas por seis meses; continuai permitindo a entrada ao cardeal d'Estrées e ao presidente de Castela [...]. Se tomais o segundo partido, sentirei vivamente a vossa perda, que consideraria como própria; mas pelo menos avisai-me,

o que será uma débil mostra de reconhecimento pelas minhas ajudas; será, no entanto, de considerável valor pela facilidade que me dará de procurar a paz para o meu povo.

Em outra carta a Filipe V, escrita em 1º de agosto de 1707, Luís XIV (1976, p. 109-110) lamenta a tristeza do neto pela perda de Nápoles. Explica-lhe que não pôde ajudá-lo a empreender essa conquista, pois a França, já esgotada, estava destinando seus últimos recursos apenas aos gastos mais essenciais, para defender-se. Luís XIV (1976, p. 110-111) percebe a necessidade de promover a paz para acabar com o sofrimento dos seus súditos, mas deixa explícito que procurará negociar um tratado de paz que assegure a sua glória como a de seu neto:

Se as tropas que destináveis a socorrê-lo tivessem sido suficientes para defendê-lo, pelo menos durante certo tempo, eu teria feito novos esforços, embora talvez inúteis, a fim de reunir os navios necessários para o seu transporte. Mas, na verdade, o socorro de mil ou mil e duzentos homens que teriam chegado a Nápoles não era objetivo bastante considerável para me expor a perder navios, ou para fazer gastos supérfluos, numa altura em que Vossa Majestade vê por si própria a extrema dificuldade para satisfazer os gastos mais essenciais. Vejo que aumenta por isso a vossa confusão e, conhecendo os vossos sentimentos, estou certo que não podeis desaprovar que eu considere freqüentemente o que devo a súditos fiéis, cujo zelo e as grandes guerras que sustive esgotaram. Conheceis os deveres de um rei e estais comovido com o amor de povos que apenas governais há sete anos; admiti também que eu devo considerar uma nação distinguida pelo seu afeto aos seus reis, como o país onde nascemos, onde reino há tantos anos, que devo legar aos meus descendentes, talvez aos vossos, assim como os nossos antepassados mo deixaram. [...] não posso e nem devo fazer calar a voz dos meus povos, que se ergue a Deus, se descuido aliviá-los nas suas desgraças. Os sofrimentos da guerra aumentam diariamente, e a entrada do duque da Sabóia na Provença traz uma nova desolação. Espero que não conseguirá os seus desígnios e, se fracassar, o fruto principal será ter os meus inimigos mais dispostos à paz no próximo inverno do que estiveram até ao presente. Já é tempo de a concluir, e vós próprio não me aconselharíeis a perder a ocasião, se se apresentasse. Os vossos interesses e os meus serão os mesmos para mim. Dar-vos-ei a conhecer todas as propostas que possam levar efetivamente a um tratado. Nada esquecerei para o tornar glorioso e sólido para Vossa Majestade. Tudo se fará de acordo com isso [...]

Já no final de sua vida, Luís XIV mostra-se arrependido por ter valorizado demasiadamente a glória e pede ao neto para que busque a paz. Conforme observa Saint-Simon (apud ANDRÉ, 1950, p. XXVI), um cortesão do rei, moribundo, disse Luís XIV ao neto,

*Mon infante, vós sereis um grande rei; não me imiteis no gosto que tive pelas construções, nem o que eu tinha pela guerra; esforçai-vos, ao contrário, de ter a paz com vossos vizinhos [...] Procurai consolar vossos povos, o que eu estou bastante infeliz por não ter podido fazer.*

Poucos dias antes de sua morte, Luís XIV escreveu uma carta, que confiou ao Marechal de Velleray, para ser entregue ao bisneto, o futuro Luís XV<sup>2</sup>, quando este completasse dezessete anos. Nessa carta, Luís XIV aconselha o Delfim, entre outras coisas, “a preferir a paz à guerra e a manter os impostos baixos”. (Cf. BURKE, 1994, p. 135). No final da carta, Luís XIV (apud ANDRÉ, 1950, nota de rodapé, p. XXV) adverte: “Lembraí-vos, meu filho, que a mais brilhante vitória custa sempre muito caro, quando é preciso pagar com o sangue de seus súditos”.

Para avaliar o reinado de Luís XIV, devemos levar em conta alguns fatores fundamentais. Um deles diz respeito à extensão. Este foi o reino mais longo da história moderna européia. A longevidade de Luís XIV é de fundamental importância. Devemos considerar que nos seus setenta e dois anos de reinado, um período tão longo, suas atitudes e políticas certamente sofreriam modificações, à medida que o seu reinado avançava até a geração de seus netos, ele não permaneceu imune às mudanças das circunstâncias e das idéias (SHENNAN, 1954, p. 7).

Em sua política externa, conforme Robert Mandrou (1970, p. 237), Luís XIV recorria a um jogo duplo, na verdade agia de acordo com as circunstâncias. Nos momentos em que a Europa se encontrava enfraquecida, o seu desejo de glória se expressava pelas armas, como a tomada e ocupação de Estrasburgo e do cruel incêndio do Palatinado, quando do recuo do Império espanhol. Já nos momentos em que o equilíbrio europeu se restabelecia, após a revogação

---

<sup>2</sup> O filho de Luís XIV, de quem Bossuet havia sido o preceptor, morreu em 1711. No ano seguinte, o seu neto também morreu. Daí o motivo de Luís XIV ter sido sucedido pelo bisneto.

do Edito de Nantes, por exemplo, em que a Europa se voltou inteira contra a França, o Grande Rei se via forçado a agir com prudência e recorrer a meios mais pacíficos, utilizando-se da diplomacia, “é o segredo e o jogo das intrigas duplas ou triplas”.

Capaz de se impor a toda a Europa nos anos 1660, no início de seu reinado pessoal, Luís XIV dominou a Europa por algum tempo. Porém, com o prolongamento da Guerra da Holanda, essa hegemonia sobre a Europa continental passou a ser fortemente ameaçada. Se, no dia seguinte à Paz de Nimega, em 1679, o Grande Rei se achava capaz de desafiar toda a Europa, nos anos 1680, sobretudo a partir de 1685, sua arrogância custará muito caro à França. A preponderância francesa deu lugar a um equilíbrio europeu, em que a posição da França passou a ser claramente medida e contestada; a partir daí a França combaterá com grande dificuldade até o final do século XVIII para retomar a sua antiga posição (Cf. MANDROU, 1970, p. 238). De fato, segundo Mandrou (1950, p. 235), com o equilíbrio europeu, o qual se deu devido ao surgimento de novas potências, sobretudo a inglesa, “a vontade de hegemonia que animou Luís XIV no dia seguinte da submissão espanhola não tem mais razão de ser”.

Após as derrotas e decepções diplomáticas pelas quais passou, sobretudo a de 1697, Luís XIV percebeu que tinha de tratar as outras potências com maior cautela. Mas apesar das dificuldades enfrentadas, sobretudo na Guerra da Sucessão, a ideia de que “a França deve ser reputada primeiro poder do mundo” permanece por muito tempo no espírito do Grande Rei, de seus ministros e diplomatas. No entanto, esse sonho de hegemonia europeia era impossível de se concretizar devido ao equilíbrio europeu que contestava o desejo de Luís XIV de impor sua vontade a toda a Europa, considerando-a abusiva (Cf. MANDROU, 1970, p. 240).

Em sua política externa, Luís XIV não seguia um plano traçado anteriormente, ele agia de acordo com as circunstâncias, por isso é que o seu desejo de glória e poder explícitos em alguns momentos dá lugar ao pacifismo da diplomacia em outros. Segundo Méthivier (1950, p. 68), ao parafrasear G. Pagés,

A chave da política estrangeira do reino está primeiramente na psicologia do rei, adaptada, além disso, às circunstâncias. Pouco a pouco, o orgulho da força toma o passo sobre a prudência natural. Ele tinha

um plano preconcebido? Uma política a seguir? Com efeito, ele obedece “preocupações imediatas, cada dia renovadas.

Em um reino tão longo como foi o de Luís XIV, não podemos achar que ele usou a mesma política do início ao fim do reinado. Suas ideias e ações estavam relacionadas às circunstâncias, às mudanças internas como às externas. Conforme percebe Louis André (1950, p. 3),

O exame dos fatos ocorridos durante esse reinado pessoal, longo de mais de meio século, prova sem contestação possível que a política real não pode ser resumida em uma fórmula única e peremptória, ou bem ser encarada de um modo geral e no seu conjunto. [...] ela não foi a mesma de uma extremidade a outra. As idéias [quando ele as teve] as concepções, os princípios políticos, as características do soberano, aquelas dos colaboradores imediatos, e, enfim, as circunstâncias, tudo isso mudou ao curso de cinquenta e quatro anos, durante os quais Luís XIV deteve o poder. E, durante o mesmo lapso de tempo, modificações são produzidas, também, na Europa: aquela de 1686, por exemplo, de forma alguma se assemelha à de 1661. [...] Sem dúvida se estaria próximo da verdade se se descobrisse que se sucederam durante meio século de objetivos variáveis, de direções determinadas não por um único motivo, mas por circunstâncias.

Para uma melhor compreensão da política externa de Luís XIV devemos levar em conta também a sua relação com a política interna. No momento em que Luís XIV pôde contar com o exército mais poderoso do mundo, graças a Le Tellier e Louvois, com uma marinha de guerra de 300 navios e uma excelente situação financeira, graças a Colbert, é fácil entender que tudo isso o estimulava a empreender guerras de conquista para aumentar a sua glória. Por outro lado, no momento em que houve o enfraquecimento dessas forças terrestre e marítima, bem como das finanças, e em que a situação extrema de miséria é evidenciada por motins da fome e críticas internas, a voz alta e firme de Luís XIV dá lugar à moderação e às concessões (Cf. ANDRÉ, 1950, p. 4).

Na primeira parte de seu reinado pessoal, de 1661 até 1688, Luís XIV contou com o apoio de seus súditos que o cortejavam. Até o princípio da Guerra da Liga de Augsburgo, o Grande Rei tinha a aprovação de seus súditos que se alegravam com os sucessos obtidos por ele e se orgulhavam do fato de seu rei ter

colocado a França sobre os demais reinos da Europa, considerando-se tão glorioso quanto eles (Cf. ANDRÉ, 1950, p. 246, 356). Mas a partir da segunda parte do reinado, sobretudo após a Grande Fome de 1693-1694 e as concessões feitas por ele ao término da Guerra da Liga de Augsburg, esse mesmo povo o desaprovava. No final de seu reinado, segundo observa Louis André (1950, p. 356), o povo “insultou seu cadáver, que teve de ser enterrado à noite”.

Consideramos que, enquanto Bossuet defendeu sempre a paz, Luís XIV agia conforme as circunstâncias. No início de seu reinado pessoal, quando os Habsburgos da Espanha e da Áustria estavam enfraquecidos e a França alcançara a hegemonia europeia, ele a desprezou. E só depois da revogação do Editto de Nantes, em que a Europa em peso se voltou contra a França, e das consequências drásticas da Guerra da Liga de Augsburg, passou a defendê-la. Mas, mesmo assim, não deixou de se preocupar com a sua glória. Isso será mais bem compreendido no momento em que levamos em consideração que Bossuet e Luís XIV encontravam-se em condições diferentes. Bossuet falava como bispo e teórico do poder; já Luís XIV como rei, aquele que detinha o poder na prática. Ele deixou bem claro, em diversos trechos de suas *Memórias*, a preocupação que tinha em assegurar a glória de sua família. Não devemos nos esquecer que a glória era extremamente valorizada pela aristocracia do século XVII. Sendo assim, não podemos esperar que Luís XIV não sofresse a influência de seu meio, e não desejasse alcançá-la acima de tudo.

Bossuet era muito sensível e se horrorizava com as consequências das guerras, como a pobreza e a miséria causada por elas. No livro terceiro da *Politique*, ele afirma que a maior característica da autoridade paternal é a bondade. Por isso, o rei deve reinar em prol do bem público, procurando atender os desejos do povo; deve proteger os povos, sobretudo os pobres (Cf. BOSSUET, 1967, p. 71-79). Os reis violentos e sanguinários, que são impiedosos com os seus súditos, serão castigados por Deus da mesma forma. Pois, segundo Bossuet (1967, p. 84), na Bíblia está escrito que “o pão é a vida do pobre: quem o tira dele é um homem sanguinário”.

No momento em que se empenhou em concluir a paz com a Grande Aliança a partir de 1693, durante a Guerra da Liga de Augsburg, assim como algum tempo depois no decorrer da Guerra da Sucessão, uma das verdadeiras preocupações de Luís XIV era suavizar a situação de miséria de seus súditos. Afinal, nenhum contemporâneo de Luís XIV o descreveu como sendo uma pessoa insensível. Mas precisamos considerar tam-

bém que ele tinha que passar uma imagem de que se preocupava com os seus súditos, pois os reis da França eram considerados pais do povo e deviam zelar por ele. Nas *Memoórias*, após mostrar ao filho todas as medidas que tomou para diminuir a fome de seus súditos devido à má colheita de 1661, diz Luís XIV (1976, p. 43), “Por fim, apareci diante de meus súditos como um verdadeiro pai de família que abria a dispensa de sua casa e distribuía com equidade os alimentos aos seus filhos e familiares”. Recordemos que a idéia de que os reis eram pais dos súditos era um dos pilares da doutrina do direito divino dos reis, cuja função era reforçar a autoridade real, haja vista que defendia que os súditos deviam obedecer ao rei como a um pai. Tal ideia é muito bem defendida por Bossuet no livro terceiro da *Politique*, em que trata das características da autoridade real.

As constantes guerras desencadeadas por Luís XIV estavam causando uma crise na economia da França, no final do século XVII. Bossuet tinha plena convicção de que isto levava à desestabilização do poder do monarca, visto que eram nos períodos de crises que as críticas à monarquia absolutista se tornavam mais agudas. Dessa forma, Bossuet utilizou todo o seu poder argumentativo para defender a imagem de um príncipe pacífico, já que, em sua concepção, esse era o melhor meio para o seu príncipe, por direito divino, conservar o poder forte e centralizado em suas mãos. Luís XIV também tinha conhecimento das críticas dirigidas à sua política de guerras, no momento em que a fome era generalizada na França, e do perigo que essas críticas representavam ao seu poder.

## **Bossuet: pacifism and real power**

### **Abstract**

This paper demonstrates that the commitment of Bossuet to defend the pacifism in France, the ninth book of policy and in many of his texts of circumstances, was linked to his desire to strengthen the power of Louis XIV, a period in which the French absolutism was seriously threatened due to the imperialist policy of the monarch. To better understand the defense of pacifism by Bossuet, establish a comparison with what Louis XIV thought about it in their *Memories*.

**Keywords:** Bossuet. Pacifism. Power. Prince.

## Referências

- ANDERSON, Perry. *Linhagens do estado absolutista*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ANDRÉ, Louis. *Louis XIV et l'Europe*. Paris: A. Michel, 1950 (Coll. L'évolution de l'humanité).
- BOSSUET, Jacques-Bénigne. *Politique tirée des propres paroles de l'Écriture Sainte*. Genève: Droz, 1967. Edição crítica com introdução e notas de Jacques le Brun.
- \_\_\_\_\_. Oraison funèbre de Louis de Bourbon, Prince de Condé. In: \_\_\_\_\_. *Oraisons funèbres*. Paris: F. Didot Frère, 1874.
- \_\_\_\_\_. Panégyrique de Saint Bernard, 1653. In: TRUCHET, Jacques (Org.). *Politique de Bossuet*. Paris: A. Colin, 1966. (Collection U).
- \_\_\_\_\_. Sermon sur les demons, 1660. In: TRUCHET, Jacques (Org.). *Politique de Bossuet*. Paris: A. Colin, 1966. (Collection U).
- \_\_\_\_\_. Sermon pour la Purification de la Saint Vierge, 1666. In: TRUCHET, Jacques (Org.). *Politique de Bossuet*. Paris: Armand Colin, 1966. (Collection U).
- BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.
- HENRI-BERR. Avant-propos. In: ANDRÉ, Louis. *Louis XIV et l'Europe*. Paris: A. Michel, 1950. (Coll. L'évolution de l'humanité).
- HOUX, Jean-Paul. *Le roi: mythes et symboles*. Paris: Fayard, 1997.
- LUÍS XIV. *Memórias: a arte de governar*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.
- \_\_\_\_\_. Carta a Filipe V, 1 de agosto de 1707. In: \_\_\_\_\_. *Memórias: a arte de governar*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.
- \_\_\_\_\_. Carta a Filipe V, 1 de fevereiro de 1703. In: \_\_\_\_\_. *Memórias: a arte de governar*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.
- LEIBNIZ, G. W. Carta a Cristobal Brosseau, 29 de junho de 1693. In: \_\_\_\_\_. *Escritos de filosofia juridica y politica*. Organização, prólogo e notas de Jaime de Salas Ortueta. Madrid: Editora Nacional, 1984.

MANDROU, Robert. *La France aux XVII et XVIII siècles*. Paris: Presses Universitaires de France, 1970.

MÉTHIVIER, Humbert. *Le Siècle de Louis XIV*. 10. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1950. (Coll. Que sais-je?).

SÉE, Henri. *Idées politiques en France aux XVII siècle*. Paris: M Giard, 1923.

SHENNAN, J. H. *Luís XIV*. São Paulo: Ática, 1954. (Col. Princípios).

TRUCHET, Jacques (Org.). *Politique de Bossuet*. Paris: A. Colin, 1966. (Collection U).